



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Gestão Documental, Desfazimento e História



A Justiça Federal de São Paulo investe em doações, no reaproveitamento de materiais e preservação da memória institucional

NESTA EDIÇÃO

PADRÃO NACIONAL DE CÁLCULOS

DESAFIOS DA VARA CUMULATIVA

JUSTIÇA INTEGRADA COM A SOCIEDADE

INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO

GESTÃO DOCUMENTAL, PRESERVAÇÃO E DESFAZIMENTO

Hoje, há um consenso entre nós, juízes, no sentido da necessidade de atentarmos não apenas à qualidade de nossos julgados, mas também à de nossas decisões administrativas.

De fato, a Administração da Justiça Federal da 3ª Região não está apenas interessada na solução das pendências, pois também se preocupa com planejamento estratégico, sob pena de ser engolida pelo volume de trabalho e burocracia sem a fixação de metas de longo prazo.

Nesse contexto, em continuidade ao que foi impulsionado na gestão anterior, a Diretoria do Foro vem empreendendo ações voltadas à gestão de documentos e ao desfazimento de bens não mais úteis, por meio de grupos de atuação específicos.

Quanto à gestão documental, foram constituídos um Grupo Permanente de Avaliação de Documentos, com atuação na capital de São Paulo, e Grupos Setoriais nas respectivas Subseções no interior, litoral e grande SP.

Tais grupos – em compasso com a Comissão correspondente atuante no Tribunal – estarão voltados não apenas à eliminação de autos findos, mas também de documentos administrativos antigos, bem como à preservação de outros, de guarda permanente, com procedimentos previstos nas resoluções nº 217, 359 e 393 do Conselho da Justiça Federal de Brasília-DF.

Essas medidas são urgentes porque os fóruns do



interior não possuem espaço bastante para a guarda de processos no arquivo e tal guarda custa caro para o contribuinte, devido aos gastos com local, manutenção etc.

No mais, tais ações decorrem de imposição do CJF (Brasília) e está em fase mais adiantada em outras Regiões - a exemplo da 4ª -, estando tais trabalhos também sendo desenvolvidos na Justiça do Trabalho e na

Justiça Estadual de São Paulo.

Por isso, sem a participação ativa de juízes federais e servidores de todas as subseções, não será possível obter resultados satisfatórios nesses empreendimentos de gestão documental, notadamente os de eliminação de autos findos.

Para além, tais ações, tocante à conservação de autos e documentos de guarda permanente, são fundamentais à preservação da memória da Justiça Federal.

Esta edição da Justiça em Revista abordará, ainda, a Comissão de Desfazimento e o Centro de Memória, que reclamam abordagem específica.

Esperamos, enfim, trazer aqui, no fito de prestar contas, informações úteis a todos a respeito do rumo das ações da Diretoria do Foro.”

Rodrigo Zacharias

Juiz Federal Vice Diretor do Foro/Interior
Seção Judiciária de São Paulo

ÍNDICE

Aconteceu.....	03
Entrevista: Investir em capacitação é o melhor caminho.....	04
Reportagem: Gestão de documentos e comissões de desfazimento.....	06
Administração Pública: Padrão Nacional de Cálculos - Bom para todos.....	08
Boas Práticas: Desafios e prioridades na administração da vara cumulativa.....	09
Ações: Justiça intregrada com a Sociedade.....	10
Entretenimento e Cultura.....	11
Canal Aberto: “Pegar onda não é moleza não”	11

EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Projeto Gráfico: Helio C. Martins Jr. Seção de Divulgação Social: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro, Gerrinson Rodrigues de Andrade, Hélio C. Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstinnicoff, estagiária: Érica Costa. Visite também a versão virtual da revista em <http://imprensa.jfsp.gov.br>.



“Vivência de Coaching” na JF/SP – Cerca de 270 servidores da Seção Judiciária de São Paulo já participaram do evento organizado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, iniciado em agosto/2007. O *coaching* desenvolve a motivação e auxilia as pessoas no aprimoramento de suas competências.

Semana Nacional de Conciliação – Foram realizadas nas varas e juizados federais da Seção Judiciária de São Paulo, entre os dias 3 e 8/12, 2.891 audiências, com 1.430 acordos homologados (49,46%) e um montante de R\$ 14.012.761,66 (valor estimado). A iniciativa foi do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de reduzir o número de litígios e o tempo de análise dos processos judiciais.



Programa Nacional de Capacitação - No dia 12/11 foi realizada, no Centro Cultural Banco do Brasil, a primeira oficina em São Paulo sobre o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal - PNC. O programa visa o planejamento estratégico institucional e a uniformização dos procedimentos na área de capacitação de RH.



Dia do Servidor – O salão nobre do Banco do Brasil (Rua Líbero Badaró nº 568) recebeu cerca de 120 servidores nos dias 25 e 26/10 em comemoração ao Dia do Servidor Público. Foram realizadas atividades como palestras, oficinas, exposições, ginástica laboral e sorteio de brindes. A iniciativa foi da Diretoria do Foro, com organização da Administração e Núcleo de Recursos Humanos.



Natal Solidário – No dia 1/12 foi realizada, em São Paulo/capital, a festa do “Natal Solidário de 2007”, destinada aos funcionários terceirizados. O evento foi organizado pela AJUFESP (Associação dos Juízes Federais de SP e MS) com a colaboração dos juízes e servidores que trabalham nos fóruns e TRF3.

Investir em capacitação é o melhor caminho

Ricardo Acedo Nabarro

A aprovação do Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal – PNC e do Plano Nacional de Aprimoramento dos Magistrados – PNA, pelo Conselho da Justiça Federal em agosto de 2007, são provas de que a instituição investe na formação de seus trabalhadores como forma de aprimorar a prestação do serviço jurisdicional.

Na Seção Judiciária de São Paulo, quase três mil servidores e 62 magistrados receberam treinamento no ano de 2007, em diversas áreas como desenvolvimento gerencial, coaching, brigada de incêndio, execução de mandados, direção defensiva entre outras.

Com foco no desenvolvimento humano, esses cursos têm o objetivo de ampliar a visão do trabalhador para o universo que está ao seu redor, promovendo o autodesenvolvimento das pessoas e da própria instituição. Como resultado, mais qualidade de vida para o servidor e melhoria nos serviços da Justiça Federal.

Para falar sobre o assunto, a “Justiça em Revista” entrevistou a diretora do foro, juíza federal Renata Andrade Lotufo e o consultor de desenvolvimento humano Marcos Wunderlich:



Renata Andrade Lotufo

Juíza Federal Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado de São Paulo

JR: Por que é importante investir em cursos de capacitação para servidores e juízes?

A Justiça Federal/SP cresceu tanto que temos de pensar como empresa. Excluindo aposentados e pensionistas, temos hoje quase quatro mil funcionários só na ativa. A responsabilidade e a administração tem de ser dividida, cada um assumindo sua parte. O modelo centralizado e paternalista já está superado. A capacitação nada mais é do que despertar a pessoa para as suas próprias potencialidades. É aquela máxima que muitos pais utilizam para seus filhos, o melhor não é dar o peixe, e sim ensinar a pescar.

JR: Os investimentos nessa área aumentaram nos

últimos anos? Por quê?

Todas as grandes empresas estão investindo em material humano. Depois da era da informática descobriram que não adianta ter o computador mais funcional e moderno se do outro lado tem uma pessoa desmotivada. Quando as empresas passaram a investir nos seus funcionários, notaram um assombroso aumento no faturamento. Na Justiça Federal não está sendo diferente, aumentamos o investimento no ser humano, mas sem deixar de lado a prestação jurisdicional.

JR: Que tipo de cursos considera importante para o desenvolvimento do servidor, do juiz e da instituição?

Os cursos técnicos para cada área específica continuam muito importantes. Para todos os profissionais a reciclagem da formação é essencial. Para quem lida com o Direito, ou seja, a maioria de nós, temos que estudar e aplicar as novas leis que mudam bastante. Na área de desenvolvimento pessoal, destaco como importantes os cursos de desenvolvimento por área para abarcar um público maior. Reunindo juízes com juízes, diretores com diretores, supervisores com supervisores, para grandes eventos, conseguimos trabalhar com a realidade de cada um. Para os trabalhos em equipe, os treinamentos de “coaching” oferecido pelo nosso RH tem tido um bom resultado. Isso porque é um acompanhamento da equipe, para que busquem suas próprias metas. Neste ano de 2008 programamos também eventos ligados à saúde, bem estar e auto-estima, essenciais para todos. Além disso, a continuidade de programas de desenvolvimento é essencial como bem destacado pelo Conselho da Justiça Federal que implantou para todo o Brasil o Plano Nacional de Capacitação (PNC) e o Plano Nacional de Aprimoramento dos Magistrados (PNA).

JR: É possível notar alguma mudança no comportamento dos servidores/juízes que participaram de cursos de capacitação?

Sim. O primeiro sinal é a maior procura e rápida adesão de todos. Antes a administração precisava convidar várias vezes, insistir bastante e convencer os superiores a liberar os servidores. A melhora é gradual, institui mais o diálogo e a valorização do ser humano num primeiro momento. Com isso a própria equipe fica mais motivada e busca suas próprias e criativas soluções para os problemas do dia-a-dia e planeja metas a médio e longo prazo.



Marcos Wunderlich
consultor, palestrante,
formador de Coaches e
mentores em visão
sistêmica, holística e
complexa. É fundador e
presidente do Instituto
Holos de Qualidade
(www.holos.org.br)

JR: Para ser feliz no trabalho, basta querer?

“Felicidade é uma viagem, não um destino” (Henfil). Sentir-se feliz ou não é a expressão emocional de como estamos aplicando coerentemente, em cada momento, a nossa cosmovisão (veja resposta abaixo). Sempre que me sinto integrado naquilo que estou fazendo, a sensação é agradável, me sinto bem, estou feliz. Sempre que me sinto desintegrado, deslocado, dividido, posso até ter momentos de euforia, mas é grande a probabilidade de entrar em processos de estresse, de desânimo, de depressão, que acarretam violência contra si mesmo e o mundo a sua volta. Isto vale para as vivências no trabalho, em família, em passeios, em estudos, na carreira profissional, em todos os aspectos do dia-a-dia.

JR: O que é “cosmovisão”?

Cosmovisão é um corpo de princípios, pressupostos, idéias fundamentais, doutrinas ou ideologias que contêm explicações e justificativas para o ser, a vida, a pessoa, a organização social e econômica, o universo, de modo a que tudo venha a “ter sentido”. A base de tudo é a forma pela qual nos sentimos e nos concebemos enquanto seres humanos, nosso sentimento da vida, da existência e da identidade individual. Isto antecede às crenças, fundamenta-as, determina toda a nossa condução da vida, nossa educação, nossos objetivos, nossos relacionamentos. Tudo ao nosso redor é energia, em constante movimento e mudança. Contemos em nós o Universo e nele estamos contidos. Esta é a consciência que nos faz respeitar profundamente a vida, o direito do outro, afinal todos nós temos uma mesma e única origem.

JR: Quando a emoção (intuição) deve prevalecer sobre a razão?

É importante ter em mente que razão e emoção funcionam de modo complementar e holístico. Não se pode encarar dicotomicamente, proporcionando base falsa para separar indivíduos entre os dominados pelo “cérebro esquerdo” (razão) e aqueles que o são pelo “cérebro direito”

(emoção). As pessoas desenvolvem hábitos predominantes neste ou naquele hemisfério, mas o todo atua sempre a cada momento. É a Mente como um todo que sente, percebe, toma consciência dos fatos ou situações, reage, escolhe e decide. A razão é relativa, temporal, fragmentária e finita. É o instrumento da Mente para a condução do dia-a-dia, do processual, do fazer história. A emoção é a porta de entrada do campo intuitivo, da consciência universal, atemporal, sintética, aespacial. A intuição é resultado de uma aceleração do ritmo da percepção, com tendência a sair dos limites do tempo e do espaço, nos lançando no infinito, na beleza pura, na perfeição. Mas o mundo das emoções pode também trazer surpresas desagradáveis e mesmo perigosas, quando descontroladas, submetidas aos mecanismos subconscientes dos jogos afetivos. As emoções tendem a levar o indivíduo ao egocentrismo, a viver em contínua tensão, em altos e baixos sem controle. É aqui que entra a razão. O pensamento quase sempre resulta das impressões ambientais e das emoções, ligadas à memória. Domar os pensamentos é tarefa fundamental para se alcançar o equilíbrio, e para isso é necessária a disciplina, que somente se pode alcançar por muito exercício. A mente racional aprende a estar atenta às emoções, para lhes dar equilíbrio, entendê-las, conduzi-las. É a mente emocional, por sua vez, que traz a razão para o “aqui e agora” da dinâmica da vida, abrindo a percepção, o sentir-se vivo, sentir-se inteiro, ligado ao todo da vida e a cada ser que nos envolve. Não há, pois, prevalência de uma sobre a outra, e sim complementariedade na condução prática da vida, da mesma forma que há que haver os dois pólos elétricos para que a lâmpada se acenda e ilumine.

JR: Como enfrentar uma adversidade na vida pessoal e/ou profissional?

É estar ciente de que a vida é cíclica, tudo tem um começo, um meio e um fim. E que há muitas coisas ocorrendo simultaneamente. Enquanto alguma coisa - um evento, um relacionamento, um emprego, etc. - está em crise ou chegando ao fim, outras muitas coisas estão funcionando, e outras ainda estão começando a acontecer. No mundo da processualidade, nada é permanente, tudo flui, como já dizia o filósofo grego Heráclito (540-475 a.C.), “tudo se move”, “não se pode tomar banho duas vezes nas mesmas águas do mesmo rio”.

Gestão de Documentos e Comissões de Desfazimento

Viviane Ponstinnicoff

JF investe na preservação da memória institucional

Documentos de valor histórico; processos antigos; cadeiras, mesas e computadores passíveis de reaproveitamento ou descarte. Este vasto material, aos poucos, deixa de juntar pó nas prateleiras e galpões da Justiça Federal de São Paulo e passa a seguir três destinos: descarte, guarda permanente ou doações. Os materiais que seguem esses destinos são os materiais de consumo, materiais de patrimônio, documentos administrativos e processos judiciais.

Até o ano de 1998, os documentos considerados de valor histórico da Justiça Federal não recebiam tratamento adequado, amarelado e juntado pó nas prateleiras, muitas vezes, perdendo-se definitivamente, além de lotarem galpões de arquivos.

Foi, então, naquele ano, aprovado o Programa de Gestão Documental da Justiça Federal. O programa prevê, entre outros objetivos, a organização, seleção, manutenção, destinação, preservação e acesso aos documentos, eliminando tudo que não tenha valor administrativo, fiscal, legal, histórico ou científico.

Neste contexto, o Centro de Memória da Justiça Federal de São Paulo tem um papel fundamental. “Hoje, atendemos o público que tenha em mãos os nomes das partes ou o número do processo. Futuramente, o objetivo é indexar o acervo para que a consulta possa ser por assunto e passaremos a guardar todo material de interesse patrimônio histórico e cultural, disponibilizando para consulta pública, sobretudo da pesquisa acadêmica, servindo como informação dos momentos históricos do país”, diz Carmen Gil, supervisora do Centro de Memória.

Para um documento de valor histórico chegar ao Centro de Memória, no entanto, ele deve passar por um filtro. Este filtro é



Rodrigo Zacharias,
juiz federal
vice diretor do foro

feito pelo chamado “Grupo Permanente de Avaliação de Documentos”, presidido pelo juiz federal vice-diretor do Foro da JF/SP Rodrigo Zacharias.

“A gestão documental é fundamental não apenas para a memória da instituição, mas para a memória das partes envolvidas. À medida que um processo se torna de guarda permanente, servirá de fonte histórica e isso, só por só, já caracteriza sua importância a todos os envolvidos naquele processo, inclusive o juiz e os Tribunais. Preservar a memória da instituição, num país como o nosso, que não tem tradição de fazer isso é algo muito valioso”, diz Rodrigo Zacharias.

O Grupo Permanente de Avaliação de Documentos é constituído por quatro juízes e sete servidores e tem como atribuições estabelecer o procedimento de eliminação de autos findos; providenciar a guarda dos processos de guarda permanente; dispor (guardar e eliminar) documentos administrativos e coordenar os trabalhos dos grupos setoriais, já existentes nos Fóruns do interior e do litoral.

Atualmente, na Justiça Federal de São Paulo, há servidores trabalhando tanto no arquivo central da Presidente Wilson, como no Núcleo de Apoio Judiciário, NUAJ, separando ações para serem eliminadas. Nesta etapa dos trabalhos foram escolhidos mandados de segurança, agravos de instrumento e execuções fiscais para a eliminação. Nos fóruns do interior não há mais espaço para o arquivo de processos, o que torna imprescindível a destruição de autos pelas comissões setoriais.

De acordo com os critérios dispostos nas resoluções 217/99, 359/04 e 393/04 do Conselho da Justiça Federal, a eliminação dos processos segue uma ordem, a começar pela escolha do que será eliminado. Em seguida, o processo passa por uma análise individual, com a extração dos originais das sentenças, decisões monocráticas e acórdãos. Aplica-se, então, uma fórmula amostral, a fim de guardar determinado número de processos mediante cálculos estatísticos. Depois, um edital é publicado, para que eventuais interessados em guardar os autos se habilitem para tanto. Expirado o prazo de 45 dias após essa publicação, os autos podem ser eliminados (provavelmente triturados).

Para receberem a classificação de “guarda permanente”, os processos findos que não são eliminados também obedecem alguns critérios. São consideradas de





Da esquerda para a direita: processos para análise, material picotado para reciclagem e doação, presidente da comissão de desfazimento Jorge Augusto Alves, arquivo judicial da Av. Presidente Wilson e formulários de certidão para desfazimento.

guarda permanente as ações criminais, coletivas, condenatórias sem execução, as que versem sobre direito ambiental, desapropriações, privatizações, direitos indígenas, direitos humanos, tratados internacionais e as que constituírem precedentes de súmulas. Também são de guarda permanente as ações pertencentes ao período de 1890 a 1973.

Os processos sem guarda permanente ficam arquivados temporariamente para eliminação futura. São os processos de guarda temporária. As pessoas interessadas nos documentos que serão eliminados poderão requisitá-los para guarda particular, por meio de petição ao diretor da unidade administrativa a qual o arquivo esteja vinculado.

Com os trabalhos de eliminação em andamento, os espaços ficarão mais organizados e os custos para manutenção diminuirão. “Estamos preparando um primeiro edital para janeiro ou fevereiro, relativo à eliminação de oitocentos processos ou mais, na maioria agravos de instrumento. Com espaço liberado, poderemos reorganizar os arquivos”, diz Rodrigo Zacharias.

Desfazimento de materiais de patrimônio e de consumo

Além dos processos findos, os chamados materiais de patrimônio e de consumo em desuso também necessitavam de regras para seguir seu destino: descarte ou doações. Foi criada, então, a “Comissão Permanente de Desfazimento”, que trata do desfazimento dos materiais de consumo e de patrimônio existentes nos prédios da Administração em São Paulo e coordena o trabalho das “Comissões Setoriais de Desfazimento”, que atuam em cada Fórum (interior, litoral e Grande São Paulo).

Material de patrimônio é aquele que leva a placa

com um número e código de barras, que o identifica na contabilidade da Administração. Mesas, cadeiras, computadores, armários, estabilizadores, impressoras, etc, entram nesta categoria. Material de consumo é tudo o que existe no almoxarifado, como fitas ou cartuchos de tinta para impressoras (usados ou vencidos), furadores, grampeadores, entre outros.

Jorge Augusto Alves, presidente da Comissão Permanente, conta que o trabalho consiste na confecção de um relatório dos materiais a serem descartados, as justificativas para o descarte e a avaliação com o preço de mercado. Em seguida, esse relatório é enviado à Diretoria do Foro para aprovação. “Colocamos, então, um arquivo na Internet oferecendo esses materiais com disponibilidade para doação”.

Além disso, com a modernização das subseções judiciárias e conseqüente recebimento de novas estações de trabalho, as comissões setoriais vêm desempenhando um papel importante, ao dar destinação aos móveis antigos. “O galpão da Presidente Wilson não comporta receber mais móveis e a subseção que não se desfizer de seus móveis para o recebimento dos novos poderá receber móveis depois de outra subseção que eventualmente esteja mais preparada”, diz Renata Andrade Lotufo, juíza federal diretora do foro.

O atendimento das doações segue uma ordem. Primeiro, as próprias Subseções da JF/SP. Em seguida, os fóruns federais e TRF's das demais Regiões; o Conselho da Justiça Federal, e demais Órgãos; e, por fim, outros órgãos da administração pública federal. As informações para os órgãos interessados estão disponíveis na página da Justiça Federal de São Paulo: www.jfsp.gov.br/desfazimento.htm.

Confira algumas instituições beneficiadas com doações da JF/SP

Ao longo do ano de 2007, diversas instituições públicas foram beneficiadas com doações de materiais disponibilizados pela Justiça Federal. Alguns exemplos: o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo recebeu 2.872 monitores de vídeo, 2.167 CPUs, 1.252 estabilizadores, 684 impressoras, entre outros itens; o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Presidente Prudente ganhou 25 mesas ergonômicas para computador e 24 mesas para funcionários; a Associação de Pais de Alunos Especiais, APAE, recebeu 15 CPUs, 15 monitores de vídeo e 15 estabilizadores de energia; a Delegacia Seccional de Polícia de Araçatuba recebeu 115 mesas, 11 cadeiras e 7 armários; o Instituto Nacional de Preservação Ambiental, INPA, além de beneficiar-se com as doações de materiais (7 arquivos de aço, 4 armários, 21 cadeiras, 11 cafeteiras, etc), recebeu 128.000 impressos, que foram triturados e reciclados.

Padrão Nacional de Cálculos - bom para todos

Dorealice de Alcântara e Silva

Durante os últimos cinco dias de agosto de 2007, os contadores da Seção Judiciária de São Paulo e convidados da Seção de Cálculo do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), das contadorias da Justiça Federal do Pará (PA) e de Campo Grande (MS), reuniram-se em São Paulo e estudaram o Sistema Nacional de Cálculos Judiciários (SNCJ)

Na oportunidade, Akemi Ykeda, supervisora da Seção de Cálculos da JF/SP e coordenadora do evento, pediu empenho aos participantes para que o SNCJ se torne um produto verdadeiramente nacional. Até então as seções judiciárias podiam adotá-lo, ou não.

Em outubro (23.10.07), o Conselho da Justiça Federal (CJF) disponibilizou em seu site um sistema de consulta às tabelas de correção monetária e de valores históricos dos indexadores utilizados nos cálculos das sentenças, acompanhado de um Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal, ambos com índices, legislação e jurisprudência atualizados permanentemente.

Em novembro (26.11.07), a TV Justiça transmitiu ao vivo a 1ª. Audiência Pública Administrativa realizada pelo CJF. Na oportunidade, o ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), contabilizou três milhões de execuções fiscais, representando R\$400 bilhões não recolhidos aos cofres públicos. Embora a maior parte delas estivesse parada porque bens e devedores não são encontrados, não resta dúvida que a agilidade dos cálculos poderia contribuir para minorar a situação. O apelo de Akemi Ykeda continua.

Um casamento perfeito

O sistema desenvolvido pelo CJF cria um padrão nacional para a Justiça e o grande volume de processos e variedade de ações da 3ª Região necessita de um programa que atenda a diferentes julgados. Para Akemi, “um casamento perfeito”. Na verdade, o velho sonho começa a se realizar.

Marcos Augusto Sousa, juiz federal da 2ª Vara Federal da JF/Distrito Federal, presidente da Comissão de Cálculos da Justiça Federal, lembra que o antigo Tribunal Federal de Recursos já se preocupava com a uniformidade dos cálculos na Justiça Federal. “O Manual disponibilizado em outubro/07 surgiu exatamente com essa finalidade; o Sistema Nacional de Cálculo é um novo passo e permitirá que tudo o que consta no Manual seja automatizado”.

Simple & maleável

O SNCJ é disponibilizado pelo CJF, via acesso



1- Juiz Federal
Cláudio de Paula
dos Santos

2- Juiz Federal
Marcos Augusto
Souza

3- Contadores da
Justiça Federal de
São Paulo

remoto a um servidor localizado em Brasília. Ele é constituído por módulos. Já está disponível o módulo para execução fiscal e para repetição de indébito, reajuste salarial, desapropriação; outros, como a renda mensal inicial, estão em teste.

No geral, é um programa simples e maleável, que dispõe de um banco de dados e ferramentas que substituem as planilhas regionais com algumas vantagens. Alexandre da Luz Ramires, supervisor da Contadoria da JF/Distrito Federal, explica que ele é configurável pelo usuário, de acordo com o decidido pelo julgador, aliando segurança e rapidez na elaboração da conta, “o que significa menos tempo na contadoria”.

O juiz federal na 4ª Vara da JF/Presidente Prudente (SP), Cláudio de Paula dos Santos, membro da Comissão de Cálculos da Justiça Federal, acredita que o SNCJ e o Manual de Cálculos servem como auxílio para os juízes e para a comunidade jurídica. “Com o tempo, eles tendem a reduzir as discussões sobre os indexadores aplicáveis à vista da uniformização da jurisprudência”.

O SNCJ pode se integrar com sistemas de outros órgãos públicos. “Atualmente estão disponíveis informações sobre a folha de pagamento do Governo Federal, via SIAPE(*), mas será possível convênios com a CEF, a Fazenda Nacional, o INSS, possibilitando que os contadores busquem dados diretamente no sistema, sem necessidade de digitá-los ou de as partes trazê-los aos autos, economizando dias de trabalho”.

Afinal, o que o jurisdicionado ganha com isso? “Eu diria que o principal benefício é a redução do tempo para realização dos cálculos, contribuindo para uma prestação jurisdicional mais segura e mais célere”, responde o juiz federal Marcos Augusto de Souza.

(* SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

Araçatuba adotou a divisão do trabalho, respeitando as características e preferências de cada servidor; Taubaté realiza uma palestra motivacional por semana. Ambas as varas são cumulativas e têm obtido ótimos resultados.

Desafios e prioridades na administração da vara cumulativa



ARAÇATUBA
Cláudia Hirst
Juíza Federal

Assumi a titularidade da 2ª Vara Federal de Araçatuba em janeiro de 2006. Logo de início, percebi que enfrentaria muitos desafios: novas eram as pessoas; nova era a cidade, nova a responsabilidade de coordenar todos os aspectos dos serviços prestados por uma Vara Federal.

Hoje, já adaptada à Secretaria e Gabinete, adquiri uma visão ampla de como os trabalhos são desenvolvidos e de quais as possibilidades para melhorar o atendimento ao jurisdicionado, em especial fazendo uma abordagem motivacional, com trabalho em equipe e valorização dos Servidores. Com isso, a estatística da Vara tem demonstrado uma diminuição do número de processos em andamento praticamente todos os meses.

O maior desafio encontrado foi a falta de servidores proporcionalmente ao número de processos. Apesar disso, com muito esforço de todos, tem-se conseguido prestar um serviço adequado.

Os quatro setores da Secretaria são priorizados de acordo com as peculiaridades de cada um. No setor criminal o esforço é mais concentrado com os réus presos, sem perder de vista os prazos prescricionais. Com os mandados de segurança e ações cautelares a prioridade é dada segundo a perspectiva de eventual perecimento do direito. Nas ações ordinárias estão sendo feitos mutirões para finalização e arquivamento daquelas do FGTS, a fim de que as ações previdenciárias possam ter um andamento mais célere e satisfatório. Finalmente, no setor de execuções fiscais priorizam-se providências que busquem uma maior efetividade e, até mesmo, pagamento espontâneo.

Dentro dos setores os servidores são divididos conforme a necessidade se apresente. Assim, os mesmos são deslocados – à exceção dos Supervisores – de um setor para outro, dependendo do volume de trabalho que, em certa época, necessita de um empenho humano maior.

Por fim tem sido realizado um trabalho grande no gabinete que tem redundado em uma diminuição mensal do número de processos conclusos para sentença. Esse trabalho consiste, principalmente, na divisão dos trabalhos segundo as características e preferências de cada servidor, estabelecendo-se metas crescentes de produtividade, sem que seja necessário exceder o número de horas normais trabalhadas.

Assim é que procuro, na medida do possível e

quando da divisão de tarefas, observar e respeitar as qualidades e limitações de cada um, buscando com isso extrair o que de melhor eles podem oferecer, com satisfação. Concluí que, com respeito, valorização e incentivo, todos ganham.



TAUBATÉ
Marisa Vasconcelos
Juíza Federal

Diversos são os desafios na Administração de Vara de Matéria Cumulativa, mas dentre vários se destacam: a união do Juiz e seus servidores, que são os *longa manus* do Juiz na administração da Secretaria, o efetivo contato com as Procuradorias e OAB, o atendimento cordial “no balcão” dos jurisdicionados e advogados e a pré-disposição do Juiz e seus servidores às novas idéias.

A união do Juiz e seus servidores representam a base das prioridades na administração de uma Vara, pois o contato aberto a sugestões e a mudanças é uma das prioridades a serem concretizadas. Tal ocorre aqui na Subseção de Taubaté nos dias (uma vez por semana) em que há palestra sobre tema atual ou relativo ao processamento das ações existentes, momento de intercâmbio de idéias sobre questões do nosso cotidiano, tanto jurídicas quanto de cunho prático ou social. Tais atitudes proporcionaram melhor atendimento dos jurisdicionados e advogados, sem gerar um atendimento “privilegiado”, mas um atendimento condigno, por exemplo, àqueles com deficiência física, sendo atendidos no térreo logo que detectado o problema.

O efetivo contato com as Procuradorias e OAB torna ainda mais transparente as ações da Justiça, evitando-se as burocracias anteriormente existentes. Um exemplo foi o acesso aos dados fornecidos pelo CNIS, o que tornou mais célere o andamento processual e a decisão final. Antes, havia a necessidade de inúmeros despachos e ofícios para a obtenção dos dados necessários ao correto julgamento da ação.

Outra desburocratização foi a substituição de pastas “AZ” por registro em arquivos eletrônicos, como por exemplo: cartas precatórias, ofícios, memorandos e publicações, as quais facilitaram o enfrentamento do grande volume de trabalho, além de contribuir com o recente e justo movimento de proteção ao meio ambiente.

Assim, como é dito no popular, a comunicação é a alma do negócio. Negócio no sentido de trabalho com qualidade, transparência, união e celeridade.

Este espaço é reservado para os magistrados da Justiça Federal de São Paulo divulgarem suas opiniões e debaterem acerca de desafios na administração de Varas e Fóruns. Interessados em participar devem encaminhar seu texto ou sugestão de pauta para o endereço: jf-imprensa@jfsp.gov.br.

Justiça integrada com a sociedade

Elizabeth Branco Pedro

A Seção Judiciária de São Paulo é uma instituição voltada para a sociedade. Destacamos a seguir algumas ações promovidas pelos fóruns no decorrer do ano, através de campanhas, doações, palestras e cursos nas várias subseções da Justiça Federal.

BRINQUEDOTECA

A brinquedoteca surgiu por iniciativa de servidores do Serviço Social do Juizado Especial Federal de São Paulo. Os usuários, de baixa renda, quase sempre estão acompanhados de crianças e portadores de necessidades especiais. Para esse público foi criado um espaço lúdico com brinquedos e jogos arrecadados através de campanhas internas. Sem a preocupação dos acompanhantes, o atendimento do fórum tornou-se mais ágil. O sucesso foi total. Outros fóruns aderiram à proposta, como Santo André, Caraguatatuba e Osasco.

PALESTRAS, CURSOS

2



1- Palestra em Assis
2- Palestra no dia do idoso

Fóruns federais como Assis, Avaré, Marília, Osasco, Ribeirão Preto, Capital, entre outros, promovem habitualmente palestras e cursos abertos a estudantes e profissionais da área jurídica, alguns através da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região – EMAG. Parcerias com universidades possibilitam compartilhar os conhecimentos dos magistrados, Seção Judiciária de São Paulo, e desembargadores, Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Os temas abordados são sempre de interesse da sociedade. As inscrições com doação de alimentos, geram outra campanha, direcionando os produtos às associações assistenciais da comunidade local.

No Dia do Idoso, destacamos a palestra “Recordar é Viver” ministrada, na Capital, por Rosa Maria do Prado, psicóloga da Seção de Perícias e Programas de Prevenção.

CAMPANHAS

A Campanha de Solidariedade da JF/SP que arrecada alimentos, agasalhos, brinquedos, são algumas das ações promovidas, regularmente, pelos vários setores da Justiça Federal em São Paulo abrangendo fóruns da Capital e Interior. Estas campanhas favorecem as instituições assistenciais voltadas para pessoas carentes.

O próprio fórum faz o levantamento, com a comunidade e outros órgãos públicos, para a escolha das entidades. Na Capital, além da Campanha do Agasalho, foram desenvolvidas também a de Brinquedos e Alimentos com uma repercussão que superou as expectativas.

O Fórum Federal de Jaú, em parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Município - FUSS participou da coleta de alimentos, com a presença de servidores e funcionários terceirizados do Fórum, que atuaram como voluntários, arrecadando alimentos nos bairros da cidade. Segundo Ricardo Trigo Pereira, supervisor de Apoio Regional, “a campanha arrecadou cerca de 12 toneladas de alimentos que foram doados às entidades credenciadas pela Prefeitura Municipal”.

A Subseção Judiciária de Campinas, através de seus magistrados e servidores, se mobilizou para arrecadar fraldas para as crianças do Centro Corsini, instituição filantrópica que, entre outras atividades, presta assistência aos portadores de HIV/Aids. A Unidade de Apoio Infantil abriga crianças órfãs ou impossibilitadas de viver em seu núcleo familiar. “Há sete anos fazemos uma campanha para comprar cestas de natal para os terceirizados. Este ano decidimos ampliar a campanha. Arrecadamos, aproximadamente, 100 pacotes de fraldas.”, disse Claudiana Corrêa, supervisora de Apoio Regional do Fórum.

Campanha para doação de brinquedos, Administrativo JF/SP



Campanha para arrecadação de alimentos em Jaú

A INTERATIVIDADE TAMBÉM ESTÁ PRESENTE

No Fórum Cível Pedro Lessa, em São Paulo, Capital, foi implantada há alguns anos uma “caixa” de sugestões, reclamações e elogios, para advogados, estagiários e público em geral. A informação coletada é comunicada, através de ofício, ao setor correspondente, seção/núcleo/vara, solicitando o andamento. Quando há telefone para contato, é dado retorno informando a possibilidade ou não desse atendimento com justificativas ou providências adotadas para a solução proposta, conclui Rodney Baurich Cabral de Souza, supervisor administrativo do Fórum. A “caixa” está localizada no saguão de entrada sobre um balcão, próximo aos terminais de consulta processual.



O ano em que meus pais saíram de férias - Drama – BRASIL – 2006

Cao Hamburger

Mauro (Michel Joelsas) é um garoto que adora futebol e espera ansiosamente que a seleção brasileira entre em campo para a Copa do Mundo de 1970. Um dia, inexplicavelmente seus pais saem de férias. Por serem de esquerda, os pais de Mauro são obrigados a viver na clandestinidade. Mauro acaba ficando com o avô paterno (Paulo Autran), que acaba falecendo. Assim, Shlomo (Germano Haiut), um velho judeu, passa a cuidar do garoto. A espera de um telefonema dos pais e acompanhando a atuação da seleção brasileira, Mauro mergulha em um mundo, até então, desconhecido.



Menina de Ouro

Drama – EUA – 2004

Clint Eastwood

Frankie Dunn (Clint Eastwood) passou parte de sua vida nos ringues, treinado boxeadores. Um dia a jovem Maggie Fitzgerald (Hilary Swank) pede para ser treinada por ele, mas Frankie não aceita o fato de mulheres lutarem boxe. Mesmo assim, Maggie decide treinar diariamente e recebe o apoio de Scrap (Morgan Freeman), amigo de Frankie. Maggie consegue que Frankie a treine. A jovem torna-se uma ótima lutadora e os dois conquistam muitas vitórias, até que um acontecimento muda radicalmente as suas vidas.



Teoria Geral do processo. Marcus Orione G. Correia é juiz federal da 1ª vara Previdenciária.

Com uma linguagem simples, o livro realiza uma análise da teoria geral do processo. Disserta sobre a jurisdição, a ação, a competência, o processo, seus sujeitos do processo e auxiliares, os atos processuais, as nulidades, o tempo e o lugar dos atos processuais, os prazos e o intercambio processual. Editora: Saraiva, 4ª Edição/2006, 222 págs.



Tecnologia aplicada ao processo judicial. Renato Luís Benucci é juiz federal da 5ª vara de Campinas.

O livro tem a intenção de compreender a influência tecnológica no direito. Por sua vez, esta influência, pode ser exemplificada no âmbito do direito processual, seja na instrução probatória ou no desenvolvimento de testes científicos que permitem a investigação biológica pelo DNA. Ademais, o grande trunfo da tecnologia consiste em conferir maior simplificação procedimental, velocidade, economia segurança e confiabilidade. Área: Direito Processual-Civil. Editora: Millennium, 1ª Edição/2006, 240 págs.

'PEGAR ONDA' NÃO É MOLEZA NÃO

Nelson Pereira da Cunha

Santos

É incrível como o tempo passa. E rápido. Apesar da nossa mente acompanhar as mudanças aceleradas do mundo, o corpo físico tem seu próprio tempo. Um fato me fez não esquecer isto. Meu filho, 15 anos, no auge do vigor físico, pediu-me uma prancha de surf nova. Pensei em dar um bom exemplo de pai participativo no desenvolvimento dos filhos. Além da prancha nova para o filhote, comprei também uma prancha para mim. Vou surfar com meu filho, disse eu à minha esposa. Ela me olhou de esguelha. O que eu sabia até aquele momento sobre o esporte, é que ele é praticado com algo chamado “prancha”. Meu pai sempre me ensinou que quando se vai realizar algo, devemos aprender todos os detalhes sobre o assunto. Procurei extrair do meu filho o máximo possível. Após a compra das “bóias” - pensei que o nome era prancha, agendamos a manhã de domingo. Passei a semana ansioso e aprendendo com meu filho, ao menos na teoria, o que é dar um “aéreo”, uma “batida”, um “chuveiro”, pegar um “tubo”. A coisa não me pareceu tão simples assim, mas, para um garotão com eu, seria moleza. Domingo, *rack* instalado no carro, pranchas, ou melhor, “bóias” devidamente fixadas, os vizinhos admirados com a minha disposição, vamos nós, com som alto, “pegar onda”. – Pai, vamos até o “pico”. - Pico? – Atina pai, local de encontro da moçada, *point*. – Ah! Bom. Chegamos. Tiramos as “bóias” do carro e nos encontramos com a moçada. – Pô moleque, firmeza? E aí? Que que diz, belê? Vamos dar um “pião”? Pensei: “que raio é que estão falando?”. Após as apresentações, tratei de ir para a água. Eu tinha a impressão que a praia inteira olhava para mim. O que percebi é que todos queriam ver um “surfista da antiga” mostrar seus conhecimentos. No entanto eu não passava de um “rauli” (aquele que não sabe surfar), e que, na primeira tentativa iria tomar um “caldo” e fazer “papel de mané”. Água pela cintura empurrei a prancha pra lá, puxei pra cá, e conclui: “se situa, Nelson, o jeito é vazar (ir embora)”. Disfarçadamente, fui indo para a beira, tirei a bóia da água, e quando passei pelos “brothers”, justifiquei: – O mar tá “craude” (cheio de gente). E eles responderam: – Limpeza. Conclui que você pode não saber nada, mas se souber se comunicar sabe tudo. Baseado em fatos reais. Qualquer semelhança não é mera coincidência.

Este espaço é dedicado a todos que queiram compartilhar suas histórias. Encaminhe seu texto para jf-imprensa@jfsp.gov.br

JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO

Você faz parte dessa História



A sua memória é nossa matéria-prima para construção da identidade da instituição. Ajude-nos a contar a trajetória da Justiça Federal de São Paulo. Se você possui fotografias, documentos históricos, vídeos, certidões, relatórios, discursos, recortes de jornais e revistas, togas, móveis, utensílios antigos usados em Varas e outros itens relacionados a Justiça Federal, entre em contato conosco pelo e-mail: cmjf@jfsp.gov.br ou pelos telefones **(11)3201-2830/2831**. Colabore! Você faz parte dessa história!

DIRETORIA DO FORO

